



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

São José do Rio Prêto (SP), 9 de dezembro de 1962.

Na sede do Automóvel Clube, ao iniciar a jornada cívica pelo plebiscito de 6 de janeiro de 1963.

Agradeço, com viva emoção, às autoridades e ao povo laborioso desta progressista cidade as manifestações de aprêço e simpatia que tenho agora a honra de receber. Ao ilustre deputado por esta região, Maurício Goulart, e a todos aquêles que ao seu lado promoveram esta visita, os meus agradecimentos. Estendo êsses agradecimentos aos Senhores Prefeitos e Vereadores de numerosos municípios paulistas que aqui vieram trazer sua solidariedade e seu aprêço ao Chefe da Nação, bem como ao prefeito local, Senhor Filadelfo Gouveia, que, não podendo estar presente a esta reunião, por achar-se acamado, manifestou-me por telegrama suas atenciosas escusas. Envio-lhe daqui meus votos de rápido restabelecimento, a fim de que possa voltar, no mais breve tempo possível, às suas lides de administrador.

A presença, neste vasto recinto, de várias dezenas de prefeitos e vereadores de extensa região paulista constitui para mim, além de motivo de satisfação, um estímulo à luta que venho travando em favor do povo brasileiro.

Há poucos instantes, na entrevista que concedi aos jornalistas locais, disse eu que o Govêrno Federal jamais poderá realizar uma administração a contento do País se não permanecer atento às necessidades dos municípios, se não conhecer os problemas a êles ligados. Podeis estar certos, Senhores Prefeitos e Vereadores, que procuraremos, por todos os meios a nosso alcance, caminhar em sintonia com as administrações municipais para que assim possamos organizar um programa harmônico de entendimento que nos per-

mita superar as graves dificuldades que cercam o País e rondam nossas preocupações. Ouvimos, há pouco, a palavra eloqüente e autorizada do eminente Governador Magalhães Pinto a respeito da necessidade do comparecimento do povo brasileiro à festa cívica de 6 de janeiro de 1963. Como Presidente da República, sinto-me à vontade para endossar esta convocação que fazem os eminentes governadores de Minas Gerais e de São Paulo.

Sei que no meio do povo desta magnífica cidade de São José do Rio Preto, que saiu à rua para saudar o Chefe da Nação, acolhendo-o com seu aplauso generoso, encontram-se homens de todos os partidos, representantes das mais diversas facções políticas. A todos êles agradeço as manifestações de simpatia recebidas. Congratulo-me convosco por êste magnífico espetáculo de democracia. Sinto-me assim à vontade para fazer a convocação cívica de vosso comparecimento ao pleito de 6 de janeiro. Alguns, justamente os que sempre se colocam em posição antagônica aos interesses do País, andam por aí afora a pregar em favor da abstenção. Entendo, e comigo estão os homens de bem da Nação, que negar a necessidade dêsse comparecimento, lutar por essa abstenção equivale a lutar pela negação do próprio regime democrático representativo.

Não compreendemos por que qualquer cidadão, vivendo num país como o nosso, em que são plenas as franquias democráticas, se sente no dever de negar à democracia o direito sagrado de o povo exercitá-la livremente. Não será demais dizer que sòmente através da vontade do povo é que se constroem e se fortalecem os regimes. É também através dela que poderemos consolidar em nossa pátria o regime de representação em que vivemos e haveremos de viver pela vontade do Brasil.

Tenho certeza de que, a 6 de janeiro, São Paulo há de estar presente à convocação cívica que lhe faz o País e que até mesmo aquêles que desejam responsabilizar-me por atos administrativos, bem como os que desejam um regime de unidade e de responsabilidade para poder criticar as autoridades constituídas, estarão presentes às urnas.

Cabe-me agora agradecer ao governador dêste Estado, Professor Carvalho Pinto, as inúmeras manifestações de apoio que nunca faltaram por parte de Sua Excelência ao Govêrno Federal. Chega

o eminente governador ao fim do seu mandato, podendo olhar de frente o povo de São Paulo. Chega Sua Excelência ao fim de sua jornada, recebendo manifestações, como esta de que foi alvo aqui em Rio Prêto, que constituem o maior penhor que pode merecer um homem público ao terminar seu mandato eletivo. Creia-me, Senhor Governador Carvalho Pinto, que, se Vossa Excelência se vê hoje cercado pelo respeito e pela admiração de seu povo, dêste nobre povo paulista, é porque soube cumprir o seu dever e dignificar a confiança com que foi distinguido.

Desejo dirigir algumas palavras às classes produtoras dêste Município de São José do Rio Prêto, bem como a tôda esta fértil e importante região de São Paulo e do Brasil. Realmente, tem razão o Governador Carvalho Pinto quando afirma que, infelizmente, os governos centrais não têm dado a assistência e o apoio indispensáveis aos homens que laboram debruçados sôbre a terra fecunda de São Paulo e do Brasil e ajudam a criar a riqueza nos campos e nas cidades do País. De algum tempo a esta parte, tenho procurado fazer sentir ao Conselho de Ministros, que é o responsável pela prática dos atos de administração, a necessidade de uma política de assistência mais objetiva aos homens que se dedicam à agricultura. Entendo que poderá concorrer para tumultuar a vida da Nação um crescimento como o que atualmente ocorre no setor industrial, se não tivermos a segui-lo, no mesmo nível, o desenvolvimento de nossa estrutura agrícola.

De nada adiantaria mesmo êsse crescimento unilateral se, através de uma agricultura mal orientada e mal assistida, fôssemos agravando cada vez mais os problemas básicos do povo: abastecimento, preços e alimentação.

Na vigência do Govêrno parlamentarista, empenhei-me junto ao Conselho de Ministros por algumas medidas que, graças a Deus, já foram postas em prática por parte do Banco do Brasil. Não faz muito tempo, atendendo a um pedido desta mesma região de Araquara, encaminhamo-lo ao Banco do Brasil. Tratava-se de financiamento a pequenos agricultores, feitos sem qualquer burocracia e com os juros rebaixados à taxa de 4% ao ano. A medida já se encontra em vigor e os contratos até um milhão de cruzeiros, para os agricultores menores, os mais humildes, não necessitam mais da

complicada tramitação burocrática de registro de papéis e de contratos. Hoje, o financiamento é feito com rapidez e a juro por assim dizer simbólico, porque muito mais do que êste pagavam os pequenos agricultores àqueles que os financiavam e depois recebiam todo o fruto do seu trabalho. Ainda mais: por seu sacrifício, recebiam os agricultores um preço vil, muito aquém do mínimo indispensável para atender às necessidades básicas do homem que vive dos trabalhos do campo.

Estamos empenhados na concretização de um plano que está sendo executado por um paulista que conhece as necessidades de São Paulo, o atual Ministro da Agricultura, Renato Costa Lima. Conforme êsse plano, todos os agricultores poderão obter os implementos agrícolas necessários à sua lavoura a prazo longo — 8, 10 ou mais anos — e a juros baixos, com amortizações pequenas, o que concorrerá para que lhes seja compensada a elevação extraordinária dos preços que tais equipamentos alcançarem nos mercados interno e externo.

Outro problema que se constituirá em permanente preocupação do Govêrno, a partir de 1963, é o que se refere à fixação dos preços mínimos, sobretudo da garantia por parte do Poder Federal de que êsses preços serão mantidos e de que o produtor brasileiro poderá confiar na ação do Govêrno, que lhe assegurará cobertura através do pagamento efetivo e do recebimento dos produtos agrícolas que lhe foram entregues.

Estes problemas, enquanto não tiverem solução adequada, serão sempre motivo de preocupação para o Govêrno. Acredito mesmo que devem êles ser tratados de preferência aos grandes planos e às metas mirabolantes. Nosso dever é cuidar dêsses problemas, de vez que são essenciais ao bem-estar da coletividade nacional. E, ao cuidar dêsses problemas, organizados e estruturados através de uma política de atendimento e de apoio aos homens que vivem no interior, procuraremos também, paralelamente, combater a inflação que vem tumultuando a Nação e destruindo os orçamentos, principalmente os das classes menos favorecidas, essa inflação que beneficia a poucos em detrimento dos interêsses legítimos da maioria da população, essa inflação que está contribuindo para cristalizar privilégios de uma minoria que enriquece cada vez

mais, enquanto as grandes massas populacionais do País empobrecem, vendo exaurir-se na espiral dos preços sua capacidade aquisitiva.

Empenhar-nos-emos a fundo no combate a esta inflação que tantos males nos causa e tantas preocupações dá ao País, mas nessa luta contra o Moloque dos nossos dias — meus amigos de São Paulo e de São José do Rio Prêto — teremos o cuidado preciso de evitar a execução de medidas que venham a estagnar ou mesmo a diminuir o desenvolvimento da economia nacional, porque a estagnação seria o fim, seria o caos, seria a marcha incontida para a revolução social, de conseqüências imprevisíveis.

Não aceitamos a teoria preconizada por alguns conceitos clássicos em economia, hoje já superados, de que os cortes nas despesas devem ser bruscos, totais em tôdas as linhas, para que através dêles se venha a conseguir o equilíbrio orçamentário. Entendemos que, no caso, os cortes deverão atingir apenas os empreendimentos que tenham curso no processo inflacionário, mas nunca os que contribuam para o desenvolvimento da riqueza nacional.

Mais uma vez agradeço ao povo e às autoridades de São José do Rio Prêto tôdas as provas de estima e consideração que me têm dado nesta visita tão grata. Aproveito o instante em que me sinto à vontade em vosso meio, no seio dêste povo amigo, para afirmar que, como homem do povo e humilde que sempre fui, ligado aos sentimentos da classe operária e das classes populares, não me envaidecem as honrarias do cargo de Presidente da República, muito embora as receba com profundo respeito, consciente das graves, gravíssimas responsabilidades que pesam sôbre meus ombros, muito principalmente agora, quando o País está vivendo horas difíceis.

Sabe São Paulo e sabe todo o Brasil que jamais corri atrás de posições. A própria Presidência o destino reservou-me depois dos acontecimentos que ainda estão na memória de todos nós. Foram acontecimentos estranhos à vontade do povo, estranhos também à minha vontade, pois nem sequer estava em território brasileiro, que me reservaram a responsabilidade de dirigir os destinos de nossa pátria. Mas assumi o cargo com humildade, pedindo a tôdas as forças vivas do País, aos homens da produção e aos homens do

trabalho, aos das cidades e dos campos, que me ajudassem a superar as graves dificuldades que teria de enfrentar. Ainda hoje essa ajuda é necessária não só a mim como a tôda a Nação, para que todos nós, inspirados por Deus, possamos superar os obstáculos que se antepõem à marcha do Brasil no sentido de seu desenvolvimento. Apesar de tudo, trago a São José do Rio Prêto uma mensagem de fé e de esperança, porque confio nos superiores destinos do Brasil. Um país com as possibilidades extraordinárias do nosso não pode jamais se acovardar ante as dificuldades que se lhe apresentam. E se o País não se acovarda, os homens públicos que estão à testa do seu destino não têm o direito de temer e muito menos de procurar jogar em outros ombros as responsabilidades que lhes cabem nas horas difíceis. Tenho a certeza de que São Paulo, que tanto tem contribuído para o desenvolvimento do Brasil, que sempre atendeu ao chamamento da Nação, nas suas horas graves, haverá de estar presente à luta democrática que se travará a 6 de janeiro, bem como à convocação do Govêrno em favor da emancipação econômica nacional.

Estou certo de que todos os brasileiros, quaisquer que sejam suas colorações partidárias, não negarão sua colaboração a um plano do Govêrno que vise, acima de tudo, à restauração de nossa economia e, concomitantemente, ao aceleração do desenvolvimento do Brasil. Muito obrigado a São José do Rio Prêto e igualmente muito obrigado ao eminente Governador do Estado de Minas Gerais, o ilustre brasileiro Magalhães Pinto, que veio aqui, como soldado da causa democrática, pedir também ao nosso povo que cumpra o seu dever cívico, comparecendo às urnas a 6 de janeiro.

Tenho agora, às mãos, um bilhete que, democraticamente, um dos prefeitos presentes me dirige. Indaga êle, interpretando o pensamento dos seus demais colegas que aqui estão, o que há de positivo a respeito das quotas do impôsto de renda e do impôsto de consumo devidas pela União aos municípios brasileiros. Ainda há pouco afirmava eu que o Govêrno Central precisa apoiar-se na colaboração dos municípios. Vou mais além: êle precisa inspirar-se, também, nas suas dificuldades, sem o que não poderá realizar uma administração compatível com os sentimentos do povo brasileiro. Sinto-me à vontade para, confirmando as palavras de há pouco,

reproduzi-las agora com a afirmação aos Senhores Prefeitos de que o pagamento integral das quotas do impôsto de renda foi autorizado pelo Ministro da Fazenda, apesar das dúvidas jurídicas que existiam em relação ao plano de economia de 40%, restabelecido por decreto. Mas entendeu o Consultor Jurídico que o texto da Constituição devia prevalecer e o Govêrno autorizou — como acabo de dizer — o pagamento integral do impôsto de renda, que já se encontra à disposição dos Senhores Prefeitos. O Banco do Brasil, por sua vez, está exigindo ordens de cobertura às Delegacias Regionais, a fim de que seja facilitado o cumprimento dêsse dever da União para com os municípios.

Quanto à quota devida pelo impôsto de consumo, surgiu também uma dúvida, que está sendo esclarecida pelos setores jurídicos da administração federal. Essa dúvida vem sendo objeto de estudos, que, acredito, serão concluídos pelo pagamento dessa quota devida pela União aos municípios e consignada no Orçamento Geral da República de 1962.

Há pouco mantive longo contato com a Associação Brasileira de Municípios e, na ocasião, afirmei aos dirigentes dessa entidade que o Govêrno Federal se empenhará por todos os meios a seu alcance para consignar, ainda neste exercício, a verba correspondente ao pagamento da quota do impôsto de consumo aos municípios, a fim de que não caiam em exercício findo. Creio que, dando essas informações, atendi à curiosidade e, mais do que isto, à muito justa ansiedade dos prefeitos que me fizeram a pergunta. Nada mais legítimo para os senhores do que se preocuparem com a sorte dos seus municípios e das suas administrações.

Antes de concluir, renovo o meu muito obrigado à magnífica cidade de São José do Rio Prêto por esta manifestação de confiança e amizade que me foi prodigalizada e que tanto me sensibilizou.